

INADIMPLÊNCIA

Programa oferece descontos e condições especiais para consumidores com dívidas em atraso

Desenrola acaba segunda

Prorrogado no início de agosto, o Novo Desenrola Brasil termina nesta segunda-feira. Criado pelo governo federal para facilitar a renegociação de dívidas bancárias, o programa oferece descontos e condições diferenciadas de pagamento para consumidores que atendem aos critérios estabelecidos.

A modalidade Desenrola Famílias é voltada a pessoas físicas com renda mensal de até cinco salários mínimos, atualmente R\$ 8.105. A

dívida precisa ter sido contratada até 31 de janeiro de 2026 e estar atrasada há pelo menos 91 dias e, no máximo, dois anos.

Até a última semana de agosto, cerca de 5,03 milhões de dívidas haviam sido renegociadas. Os débitos somavam originalmente R\$ 26,33 bilhões e, após os acordos, foram reduzidos para aproximadamente R\$ 5,27 bilhões.

Os descontos variam conforme o tipo e o tempo de atraso e podem chegar a 90% em dívidas de cartão de crédito rotativo

e cheque especial. O percentual de abatimento depende do tipo de dívida e do período de atraso. Para débitos do cartão de crédito rotativo e do cheque especial, por exemplo, o desconto pode chegar a 90% para dívidas com atraso de um a dois anos. Em outras modalidades de crédito, o abatimento pode alcançar 80%.

Entre as dívidas que podem ser incluídas estão cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal sem consignação e empréstimos usados para consolidar outros

débitos. A inclusão, porém, depende da análise e da adesão da instituição financeira.

A renegociação deve ser feita diretamente com o banco, por canais como aplicativo, site, telefone, WhatsApp ou agência. Não há uma plataforma única do governo para solicitar o benefício.

O prazo de 31 de agosto é para formalizar o acordo. Como a instituição precisa analisar a dívida e apresentar as condições, a orientação é procurar o banco antes do último dia.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Quem conhece o Brasil?

A abundância de alertas, estudos, artigos sobre o que está posto como “grave crise fiscal”, medida pelo aumento da dívida pública como proporção do PIB, pela taxa de juro fixada pelo Banco Central e pela inadimplência recorde de famílias e empresas, talvez tenha alta dose de exagero, mas não é impertinente. O problema existe.

O que está equivocado é o tratamento prescrito há mais de 40 anos — o que, por si, já deveria indicar a carência do diagnóstico — ao pressupor que basta cortar as despesas federais para o milagre acontecer: a taxa de juro baixar, a economia disparar, a dívida pública encolher, e todos passariam a viver felizes para sempre.

O olhar crítico para as causas do que alguns chamam de “gastança” dos governantes e políticos, achando que basta vilanizar o gasto para se ter apoio à austeridade orçamentária (ou fiscal, como se diz também), raramente foi e é considerado. Parte da gênese dessa “rebelião” fiscal surgiu com a Constituição de 1988, em especial ao tornar obrigatória boa parte das rubricas de despesas.

Na prática, centrar todos os problemas no tamanho do resultado da Lei Orçamentária impõe ao governante de qualquer polo ideológico priorizar a contabilidade e a tesouraria das contas do Estado. E isso em meio ao sistema constitucional que dá autonomia a estados subnacionais e aos municípios, autoriza o Congresso e o Judiciário a dispor sobre seus custeios, especialmente a folha de salários, e faz da política monetária e fiscal meras caixas de repercussão do que nada tem a ver com um programa de desenvolvimento inclusivo.

Para um país visto como estratégico pelas grandes potências desde a Segunda Guerra, funciona como um desenho institucional capaz de disciplinar o gigante sonolento do continente e prevenir devaneios populistas e nacional-desenvolvimentistas comuns à região. É o que faz o país ser mais estudado pelos interessados em seus ativos que por nós mesmos. Isso cria uma assimetria arriscada.

A intelligentsia sumiu

Países ou regiões hegemônicos, como EUA, China e Europa, fundos, bancos, consultorias estratégicas, plataformas e conglomerados tecnológicos mantêm equipes especializadas, capturam imagens de satélite e geram bases de dados proprietárias, redes políticas e modelos de IA para antecipar movimentos brasileiros.

Do lado nacional, o Executivo, o Congresso, as universidades e o empresariado trabalham fragmentados, dirigidos pela conjuntura e frequentemente utilizando referências produzidas no exterior. O resultado dessa fragmentação não precisa decorrer de conspiração. Basta que haja uma diferença brutal de capacidades.

Quem conhece melhor o Brasil pode antecipar crises, influenciar as escolhas e adquirir seus ativos antes que nós mesmos saibamos o que se passa.

É quando o país pode aparecer, simultaneamente, como presa, quando suas vulnerabilidades são exploradas; como prenda, quando potências disputam sua adesão, seus recursos e seu mercado; e como “galinha morta”, quando ativos estratégicos (terras raras, por exemplo) são comprados abaixo de seu valor futuro em momentos de crise, desorganização regulatória ou estresse financeiro.

Há todo um encadeamento de eventos supostamente aleatórios que a chamada intelligentsia nacional deixou de pesquisar, satisfazendo-se em denunciar disputas políticas internas entre americanófilos e defensores do Sul Global. Ou seja: importaram as disputas entre EUA e China, tornando-nos coadjuvantes de conflitos dos outros.

Estágios da vulnerabilidade

Quem não compreende a direção histórica das tecnologias antes dos demais ignora os mecanismos mentais que movem sociedades inteiras hoje em dia, tratados abertamente na imprensa dos EUA e da China.

No mundo real, IA agêntica, big data e big techs aproximam previsão e influência, no sentido de que o mesmo agente que apura uma tendência pode testar estímulos capazes de modificá-la.

Nossa vulnerabilidade parece operar em quatro estágios:

Exposição patrimonial: importamos categorias de pensamento com as quais interpretamos nossos problemas — neoliberalismo, austeridade fiscal, ESG, transição verde, identitarismo, multipolaridade.

Exposição informacional: agentes de fora acumulam conhecimento detalhado sobre recursos, consumidores, empresas, redes políticas, canais e perfis de redes sociais e fragilidades institucionais.

Exposição decisória: governos e coalizões fragmentadas reagem a crises e pressões sem uma visão integrada do interesse nacional.

Exposição patrimonial: ativos desvalorizados, concessões mal modeladas, empresas estranguladas e recursos naturais ainda não processados tornam-se barganhas extraordinárias para quem chegou preparado, dispondo de capital, tecnologia e conexões políticas.

A pergunta a ser feita é sobre quem chega à mesa sabendo o valor futuro do que está sendo negociado e quem chega preocupado apenas em fechar a conta do mês, pressionado pelo catástrofe fiscal.

“Colônia inteligente” à vista

O Brasil já não corre apenas o risco antigo de exportar matéria-prima não processada, como soja, milho e café em grão e pelotas de minério de ferro. Pode virar uma espécie de colônia inteligente: moderna, digitalizada e financeiramente sofisticada, mas incapaz de controlar os modelos operacionais, os dados e as informações estratégicas, os padrões tecnológicos, o financiamento e as redes de transformação que determinam o valor de seus recursos.

A resposta à pergunta do título é incômoda.

O Estado possui mais informações sobre o país do que qualquer potência ou big tech. Mas conhece-o em repartições, cadastros e competências que não falam entre si. Os atores externos conhecem menos, mas integram melhor o que precisam conhecer para influenciar decisões e comprar ativos.

A saída não é fechar o país ao capital estrangeiro nem procurar conspirações ou ressuscitar o planejamento autoritário. É fazer o Estado democrático pensar estrategicamente, utilizando dados, inteligência econômica e IA para conhecer o valor futuro de nossos recursos, organizar projetos próprios e negociar com investidores antes que crises e urgências imponham suas condições.

A política fiscal continuará necessária, mas sem ocupar o lugar de uma estratégia nacional. Se dedicarmos toda a inteligência a fechar a conta do mês, estaremos sempre atrasados na disputa pelo futuro. E venderemos como “galinha morta” o que está identificado como a riqueza da próxima geração.

O Brasil precisa inaugurar um ciclo de planejamento estratégico democrático, tecnologicamente informado, aberto ao investimento e orientado pelo interesse nacional. Não para afrontar o mundo, mas para deixar de permitir que o mundo decida por nós.



DEBATE

CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Mantendo a tradição, o Correio Braziliense promove debate com os principais concorrentes ao Palácio do Buriti. Em parceria com a TV Brasília, os nomes que disputam o voto dos brasilienses vão se reunir e apresentar aos cidadãos as propostas que vão nortear os rumos dos próximos quatro anos do Distrito Federal.

1 DE SETEMBRO

A PARTIR DAS 21H

Leia o QR Code e saiba mais.





Apoio:



Realização:



Produção:

